

06/080  
26/4/97 14  
Guarani MSI  
432

**CAUSA INDÍGENA: Fazendeiro obtém na Justiça ordem para voltar à área que até 1986 era dos índios**

# Kaiowás prometem resistir a despejo

Advogado do Cimi: Se a Justiça determinar o envio de força policial poderá ser início de nova tragédia

Bernardino Furtado

• SÃO PAULO. Um grupo de 77 índios guaranis-kaiowás-sucury que ocupa uma área de 500 hectares no município de Maracaju, no Mato Grosso do Sul, promete resistir até a morte à operação de despejo determinada pelo juiz Roberto Haddad, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, sediada em São Paulo. O prazo concedido pela Justiça Federal para que os índios desocupassem a área terminou na última segunda-feira e o fazendeiro Sebastião Alves Marcondes, que já expulsou à força os kaiowás em duas oportunidades, ingressou ontem com um novo requerimento para a execução do despejo.

O advogado do Conselho Indígenista Missionário (Cimi) no Mato Grosso do Sul, Malcir Pauletti, que esteve na região, disse ontem que os índios estão com os corpos pintados para a guerra e têm algumas armas de fogo e 40 litros de gasolina.

## Advogado do Cimi teme uma nova tragédia

— Estive no local no último sábado, Dia do Índio, e fiquei impressionado com a disposição demonstrada pelos kaiowás, inclusive por crianças e velhos, de morrer pela terra, se for preciso. Se a Justiça determinar o envio de força policial para retirar os índios, eles não hesitarão a dar o primeiro tiro, o que poderia ser o início de uma nova tragédia — disse Pauletti.

A promessa de resistência suicida feita pelos guaranis-kaiowás-sucury, por sinal já cumprida tragicamente por outras comunidades guaranis do Mato Grosso do Sul, está expressa em cartas enviadas ao juiz Roberto Haddad, ao juiz da 1ª Vara da Justiça Federal de Campo Grande (MS), Jean Marcos Ferreira, e à própria presidência da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Num português sofrível, na primeira carta, com 71 assinaturas de índios e datada de 15 de março último, os kaiowás-guaranis-sucury não deixam dúvidas acerca de seu estado de espírito.

“Senhor juiz: se o senhor der a liminar contra os índios, mande junto os caixões para cada um de nós, porque não vamos sair vivos daqui. Autorize também a vinda de uma máquina escavadeira para nos enterrar”.

## “Não saímos daqui nem vivos nem mortos”, diz a carta

A segunda carta dos guaranis-kaiowás-sucury foi escrita em 2 de abril e repete a promessa de resistência até a morte em caso de despejo.

“Não saímos daqui nem vivos e nem mortos”. A procuradora regional da República Ana Lúcia Amaral disse ontem que conta com o bom senso do juiz Ferreira para evitar uma tragédia de grandes proporções.

— Prefiro acreditar que o juiz não esteja disposto a se tornar

responsável pelas mortes dos kaiowás. Espero que o Espírito Santo o ilumine na hora de tomar a decisão sobre o requerimento de despejo — disse a procuradora Ana Lúcia.

O juiz Ferreira está sendo acionado pelo fazendeiro Marcondes para cumprir a decisão de uma instância superior, no caso o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, mas avisou que só na próxima terça-feira vai tomar uma decisão sobre o caso. Em 3 de março último, Ferreira concedeu liminar numa ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal de Campo Grande que pleiteava a posse da terra para os kaiowás. O problema é que o fazendeiro Marcondes recorreu ao TRF, conseguindo em 11 de março do juiz Haddad a derrubada da liminar que favorecia os índios. Graças a essa decisão, Marcondes apresentou um requerimento a Ferreira, solicitando o cumprimento do despejo.

Os procuradores da República em Campo Grande já apresentaram um recurso contra a decisão de Haddad, que precisa ser julgada por uma câmara de juízes do TRF em São Paulo.

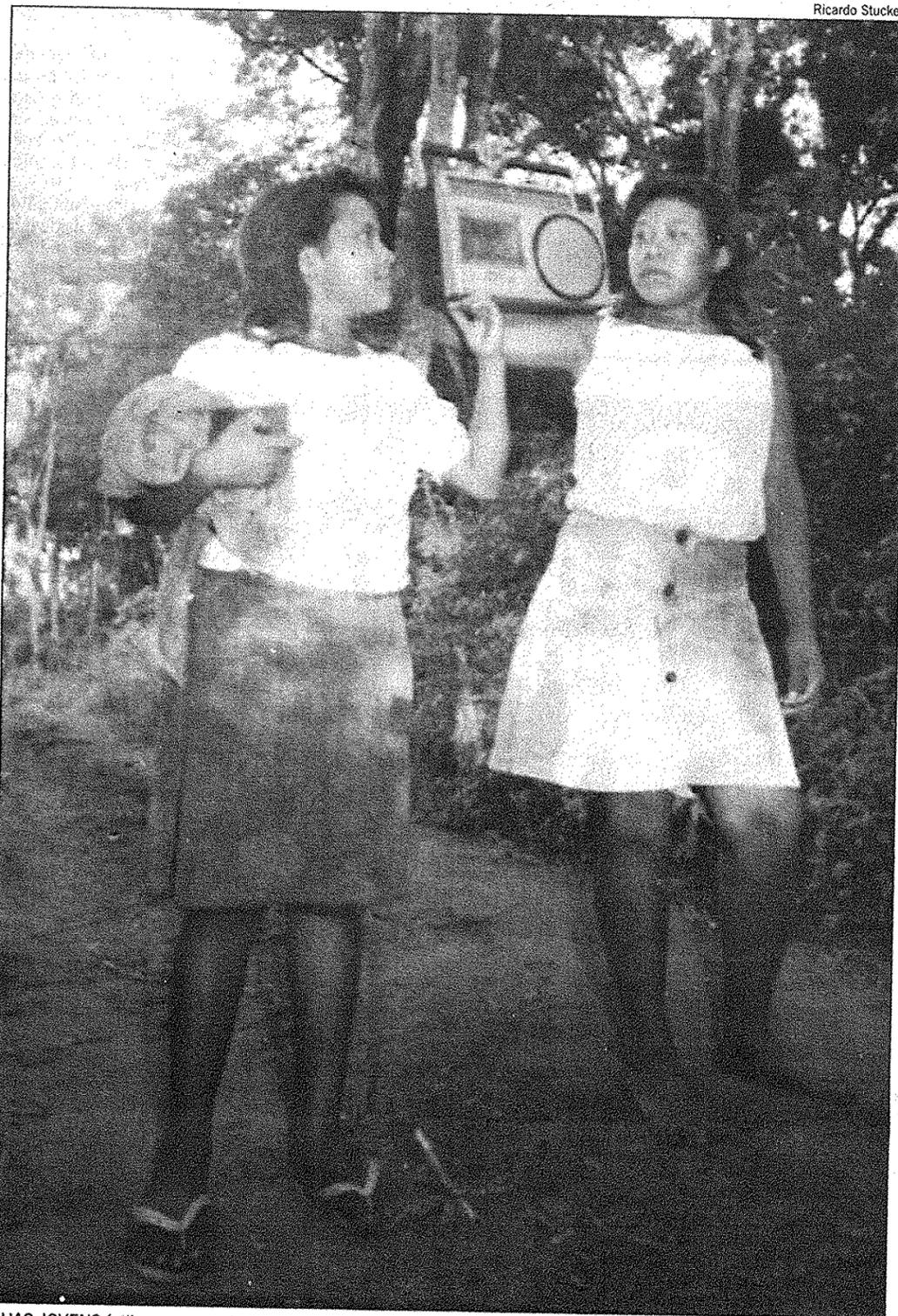
— Infelizmente não posso obrigar o doutor Haddad a ser ágil. Tenho que esperar que ele faça seu relatório e leve o recurso a julgamento na câmara do TRF — disse a procuradora Ana Lúcia.

Para evitar um confronto entre índios, empregados do fazendeiro Marcondes e a PM, o administrador regional da Funai em Amambaí (MS), Raimundo Nonato Rosa, pediu ao juiz Ferreira um prazo adicional de 60 dias para que seja cumprido o requerimento de despejo. Rosa diz acreditar que nesse prazo o TRF julgue o recurso apresentado pelo Ministério Público Federal. Até o ontem o juiz Ferreira ainda não havia tomado uma decisão sobre o novo pedido de adiamento.

## Estudo do Ministério da Justiça reconhece direito dos índios

A situação dos kaiowás de Maracaju é inusitada porque o Ministério da Justiça já reconheceu em detalhado estudo antropológico o direito dos índios sobre a área de 500 hectares e, em dezembro de 1996, concluiu os trabalhos de demarcação do território. Os kaiowás viveram sem ser incomodados na terra em questão até 1986, quando foram expulsos do local pelo fazendeiro Marcondes, que possui uma latifúndio contíguo de cinco mil hectares.

Os kaiowás passaram a morar à beira da estrada e decidiram reocupar o terreno quando o Ministério da Justiça concluiu a demarcação, mas foram novamente expulsos pelo fazendeiro Marcondes que, àquela época, não dispunha sequer de uma decisão judicial favorável sobre a posse da terra. Os kaiowás voltaram a ocupar a área em 11 de março, acreditando na manutenção da liminar concedida pela Justiça Federal de Campo Grande. ■



DUAS JOVENS índias ouvem música num enorme rádio portátil numa das reservas indígena, a de Parauak

## Falta de perspectiva leva à morte

Guaranis-Kaiowás cometeram 233 suicídios entre 1982 e 1995

• O suicídio tem sido um fantasma a rondar os 30 mil guaranis-kaiowás, tidos como a tribo mais pobre do país. Perdendo gradativamente suas terras e vivendo espremidos em suas aldeias, um número crescente dos guaranis-kaiowás parece ter perdido também a vontade de viver.

O abandono, a perda da identidade, a miséria e a falta de perspectivas levaram a que, entre 1982 e 1995, ocorressem 233 suicídios entre eles. Só em 1995, houve 54 casos, num salto em relação ao ano anterior, quando 28 guaranis-kaiowás se suicidaram. Quase 40% dos suicidas são adolescentes.

Em fevereiro do ano passado, tentando conter

a onda de suicídios dos guaranis-kaiowás, um grupo de povos indígenas, liderado por Marcos Terena, que integra o Conselho dos Direitos Indígenas da ONU, organizou um mutirão para levantar o moral da tribo. Eles doaram alimentos e promoveram festas e competições esportivas, entre as quais um torneio de futebol, durante três dias na área dos guaranis-kaiowás.

Apesar disso, pouco depois, em maio de 1996, cerca de 250 guaranis-kaiowás, que por ordem judicial estavam ameaçados de despejo da aldeia Jarará, no município de Juti, no Mato Grosso do Sul, acenaram com um suicídio coletivo caso a expulsão se concretizasse.

## Linhão que não foi construído poderia evitar o blecaute

Furnas precisa investir R\$ 270 milhões no complexo de Itaipu

• CURITIBA. O risco de novos blecautes, como o que ocorreu anteontem e se repetiu ontem nas regiões Sul e Sudeste, poderia ser reduzido com a construção do terceiro linhão de transmissão da energia gerada na usina de Itaipu. O sistema, que estava previsto no projeto da hidrelétrica, até hoje não foi completado pela empresa Furnas, responsável pela distribuição da energia de Itaipu.

O linhão, que custa US\$ 270 milhões, completaria o complexo de transmissão que prevê seis linhas: três em 60 ciclos, com energia que pode ser diretamente usada pelos brasileiros, e outras três em 50 ciclos com energia para o Paraguai e que precisa ser transformada para entrar no sistema interligado nacional.

## Itaipu não registra acidente que explique o blecaute

A interrupção de quinta-feira afetou a transmissão em 50 ciclos, que já tem as três linhas prontas, mas a usina poderia ter enviado uma carga maior de 60 ciclos se a terceira linha estivesse concluída. Segundo informou a assessoria de imprensa de Itaipu, não ocorreu na hidrelétrica nada que justifique o blecaute.

“A usina de Itaipu não apresentou qualquer problema nas suas unidades geradoras e apenas teve de baixar a geração de energia pela impossibilidade momentânea de transmiti-la”, diz a nota oficial da assessoria.

No ano passado, quando as hidrelétricas da região Sudeste enfrentaram uma grande seca e diminuíram sua produção de energia, Itaipu conseguiu complementar o abastecimento nacional batendo o recorde mundial de geração, com 81,6 bilhões de KWA durante o ano.

## Desligamento preventivo atingiu 160 mil em Curitiba

A Companhia de Energia Elétrica do Paraná (Copel) informou ontem que 160 mil consumidores de alguns bairros de Curitiba e municípios vizinhos foram atingidos pelo desligamento preventivo efetuado na noite de anteontem, em função da queda na linha de transmissão de Itaipu. Segundo o gerente do Departamento de Supervisão e Operação da Copel, Rui Carlos Borges, o racionamento preventivo é adotado para evitar o blecaute total.

Segundo a Eletrobrás, a holding que agrupa as empresas estatais de energia, o blecaute, que atingiu 20 milhões de pessoas na tarde de quinta-feira, foi provocado por uma queda de energia em Ibiúna, no interior de São Paulo. A estatal ainda não descobriu a causa do problema.

A queda de energia acarretou o desligamento automático de aproximadamente 15% do fornecimento de energia no Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A Eletrobrás descarta, em princípio, a possibilidade de que tenha ocorrido sobrecarga no sistema por causa de excesso de consumo. ■